

RECEBIDO EM: 29-05-2020

ACEITO EM: 14-07-2020

AS BIBLIOTECAS ESCOLARES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO MUNICÍPIO FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA: RELATO DE PESQUISA

Viviane Carolina de Paula¹
Maria Lourdes Blatt Ohira²
Orestes Trevisol Neto³

Resumo: Em março de 2017, o Diagnóstico das Bibliotecas Escolares em Santa Catarina foi iniciado pelo Conselho Regional de Biblioteconomia - 14^o Região. O objetivo dessa pesquisa é analisar os dados coletados durante as visitas de fiscalização às bibliotecas das unidades escolares da Rede Estadual de Ensino, localizadas no município de Florianópolis. Foi utilizado um formulário para coleta das informações, com base nos parâmetros para bibliotecas escolares e na Lei 12.244/2010. Foi possível inferir que as condições foram consideradas, em sua maioria, no nível básico, em função das condições ambientais, ausência de um padrão de organização do acervo, pouca diversificação de serviços e atividades oferecidas pelas bibliotecas, e, principalmente, a ausência de profissionais capacitados e qualificados na gestão das bibliotecas escolares. Espera-se que a sociedade, os profissionais, os gestores públicos e os órgãos de classe juntem esforços no sentido de fazer cumprir a Lei 12.244/2010 e mudar a conduta cultural com relação às bibliotecas escolares, tornando-as instrumentos de apoio ao processo ensino-aprendizagem e um espaço lúdico para ler, escrever, sonhar e criar.

Palavras-chave: Biblioteca Escolar. Escolas Públicas Estaduais. Florianópolis. Santa Catarina.

1 INTRODUÇÃO

Em novembro de 2016, foi assinado o Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC) com o objetivo de realizar ações integradas com o Conselho Regional de Biblioteconomia – 14^a Região (CRB-14), em toda a sua área de atuação (Estado de Santa Catarina). A primeira ação proposta foi a realização de um diagnóstico para analisar as condições de funcionamento das bibliotecas existentes nas unidades escolares por meio de visitas pelos membros do MPSC, dos conselheiros e bibliotecários fiscais do CRB-14 em todo o Estado de Santa Catarina.

Em 2017, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) criou o Programa de Apoio às Atividades de Fiscalização dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (PAFIS), com a finalidade de auxiliar

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Unidades de Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina. Graduação em Biblioteconomia. E-mail: depaulavivica@gmail.com.

2 Mestrado em Biblioteconomia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Especialização em Especialização em Gestão de Arquivos Públicos e Empresariais pela Universidade Federal de Santa Catarina Graduação em Biblioteconomia. E-mail: blattohira@gmail.com.

3 Mestrado em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Biblioteconomia. E-mail: orestes_tn@hotmail.com.



financeiramente o trabalho de fiscalização dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB) do Brasil. Destaca-se que os recursos advindos do referido programa, contribuíram para que o Diagnóstico das Bibliotecas Escolares fosse realizado em nove municípios catarinenses, cujos resultados estão descritos no artigo de *Diagnóstico das bibliotecas escolares de nove municípios de Santa Catarina: dados preliminares* (DE PAULA; OHIRA, 2017).

Outro fator que contribuiu para a realização dos diagnósticos das bibliotecas existentes nas unidades de ensino dos municípios catarinenses foi a Lei 12.244 de 24 de maio de 2010, que recentemente completou dez anos e, que “[...] dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.” (BRASIL, 2010). De acordo com a referida Lei, em seu Parágrafo único:

Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares. (BRASIL, 2010).

Além disso, a referida lei, em seu art. 3º, determina que todos os sistemas, redes e unidades de ensino no Brasil deverão se esforçar em aplicar a Lei 12.244/2010, “[...] num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário [...]”. (BRASIL, 2010).

O *Projeto Mobilizador Biblioteca Escolar: construção de uma rede de informações para o ensino público*, lançado em 2008 pelo Sistema CFB/CRB, foi retomado após a publicação da Lei 12.244/2010. Considerando que, a mesma aborda superficialmente a definição de *biblioteca escolar* e que seu único indicador é a quantidade de títulos que deve compor o acervo: “[...] um título para cada aluno matriculado.” (BRASIL, 2010), e que a lei também determina que seja respeitada a legislação da profissão de Bibliotecário.

Nesta ocasião, o CFB buscou parcerias para desenvolver as ações propostas no projeto, que pudessem embasar o objetivo de dotar as escolas brasileiras com bibliotecas de qualidade, que contribuíssem efetivamente na formação de crianças e jovens. Acolhendo a parceria proposta pelo CFB, o Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE) da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), se dispôs a elaborar parâmetros para criação e avaliação de bibliotecas escolares.

Sendo assim, no dia 10 de dezembro de 2010, durante o III Fórum Nacional de Bibliotecas Públicas e Escolares, que ocorreu em Gramado – RS, foi lançado o documento *Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares* (CAMPELLO *et al.*, 2010), elaborado sob a coordenação da Prof.^a Bernadete Campello. Em seguida, o CFB reconhece e regulamenta o

documento por meio da Resolução CFB nº 119/2011, constituindo, assim, um referencial para a qualidade das bibliotecas escolares no país.

Os parâmetros elencam os indicadores que podem ser utilizados como referencial, na avaliação das bibliotecas escolares do ensino público ou privado. São eles: Espaço físico; Acervo; Computadores com acesso à Internet; Organização do acervo; Serviços e atividades, e Pessoal. Cada indicador é classificado como *nível básico* ou *nível exemplar*.

Oportuno informar que a Resolução CFB 119/2011, utilizada na pesquisa, foi revogada pelo CFB e substituída pela Resolução CFB 199/2018, e mais recentemente, revogada e substituída pela Resolução CFB 220/2020, que “[...] Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das Bibliotecas Escolares.” (CFB, 2020).

No artigo 1º da referida resolução, destaca-se o conceito de biblioteca escolar:

Considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura, sendo considerado um dispositivo informacional obrigatório em todas as instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino. (CFB, 2020).

A Resolução CFB 220/2020 adota os parâmetros para as bibliotecas escolares, definidos em forma de referências legais e pedagógicas, além de determinar padrões básicos de qualidade e de acessibilidade. Destaca, ainda, que deverá “[...] ser administradas por bacharéis em Biblioteconomia registrados em seu órgão de classe, auxiliados por equipes em quantidade e qualidade adequadas [...]”. (CFB, 2020).

No estado de Santa Catarina, atualmente, não existe com uma rede de bibliotecas escolares. Porém, a luta para a implantação de uma Rede de Bibliotecas para as escolas da Rede Pública do Estado de Santa Catarina e para a criação do cargo de Bibliotecário no Quadro do Magistério Público da Secretaria do Estado da Educação vem de muitas décadas, envolvendo os órgãos de classe do Estado. Zimmermann, de Paula e Ohira (2017) descrevem as ações de divulgação da Lei nº 12.244/2010, visando a conscientização e interlocuções com os gestores estaduais e municipais para a importância da aplicação da mesma. Essas ações foram realizadas pelo CRB-14, pela Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB), pelos cursos de graduação em Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e pelo Grupo de Bibliotecários da Área Escolar (GBAE/SC).

A interlocução com a Secretaria de Estado de Educação resultou na proposta de um projeto para a implantação de uma rede de bibliotecas para as escolas públicas do Estado de Santa Catarina e na proposta para a criação do cargo de bibliotecário vinculado ao Quadro do Magistério Público. Esse projeto prevê o

funcionamento e a estruturação de três pontos estratégicos para a atuação dos bibliotecários, assim desenhado: Órgão Central, Secretarias Regionais e Entidades Escolares. (GARCEZ *et al.*, 2016).

Destaca-se que, até a presente data, a Secretaria de Estado da Educação não acolheu a proposta para a criação da rede de bibliotecas e, mesmo após inúmeras tentativas de diálogo, não se manifestou a favor da criação do cargo de Bibliotecário.

Diante do exposto, a presente pesquisa visa relatar a situação das Bibliotecas Escolares da Rede Pública Estadual, localizadas no município de Florianópolis, considerando o que determina a Lei 12.244/2010 e os indicadores dos parâmetros para bibliotecas escolares.

Para a realização do diagnóstico das bibliotecas escolares da rede pública estadual de ensino, foi utilizado um formulário desenvolvido com base no documento *Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: Parâmetros para bibliotecas escolares* organizado por Campello *et al* (2010). O formulário foi complementado com as informações do *Questionário Técnico* desenvolvido pelo CRB-8, aprovado pelo CFB, que é utilizado pelos Bibliotecários Fiscais dos CRB no processo fiscalizatório. Contemplando, assim, o que está previsto na Lei 12.244/2010.

A classificação utilizada nos parâmetros para avaliação das bibliotecas está dividida em dois níveis: “[...] nível básico – quando contempla as condições que uma biblioteca deve funcionar, e nível exemplar – quando aponta um horizonte a ser alcançado.” (CAMPELLO *et al.*, 2010).

Para a coleta dos dados, o formulário foi aplicado pela Bibliotecária Fiscal do CRB-14, quando das visitas nas escolas estaduais localizadas no município de Florianópolis, no período de março de 2017 até março de 2018.

2 REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO EM FLORIANÓPOLIS (SC)

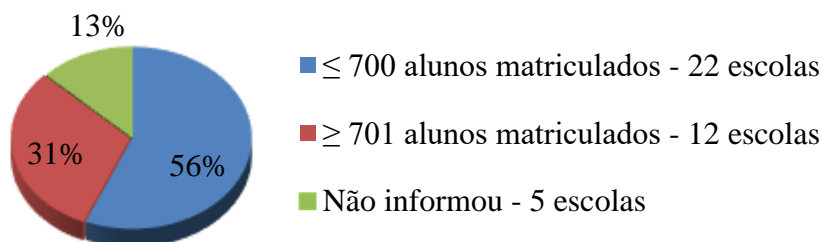
Conforme levantamento realizado junto a Secretaria de Estado da Educação, constatou-se que a Rede Pública Estadual de Ensino, em Florianópolis, é composta por 41 unidades escolares de ensino básico (Fundamental I, Fundamental II e Ensino Médio). Foram visitadas, pela Bibliotecária Fiscal do CRB-14, 39 (trinta e nove) escolas, com o objetivo de conhecer a situação das Bibliotecas Escolares. Constatou-se que a E.E.B. de Muquém e a E.E.M. Antônio Paschoal Apostolo funcionam no mesmo prédio, assim como a E.E.B. Presidente Roosevelt e a E.E.B. Dayse Werner Salles, portanto dividem um único espaço para a biblioteca.

Com o objetivo de contextualizar as 39 (trinta e nove) escolas visitadas, foram analisadas três variáveis consideradas importantes para fornecer subsídios que justifiquem a necessidade e a importância

das Bibliotecas Escolares, a saber: o número de alunos matriculados em cada escola; o nível de ensino ofertado pelas mesmas, e a existência de biblioteca na escola.

Com relação ao número de alunos matriculados agruparam-se os mesmos conforme distribuição descrita na Figura 1:

Figura 1 - Número de alunos matriculados na Rede Pública Estadual de Ensino

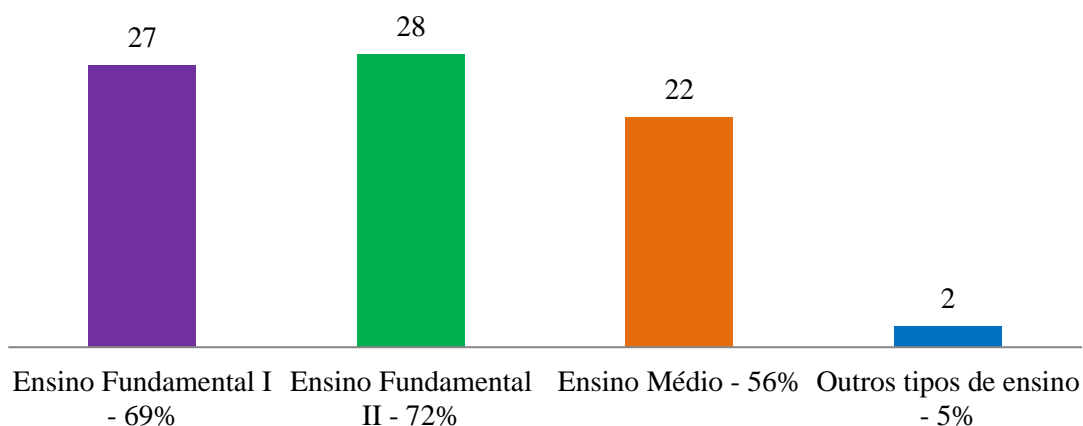


Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Sendo assim, temos que, das 39 (trinta e nove) escolas visitadas, 22 (vinte e duas) contam com até 700 alunos, equivalente a 56%, e 12 (doze) atendem mais de 700 alunos, o que representa 31% do total das escolas. Destaca-se que, o município possui somente quatro escolas com mais de 1.000 alunos matriculados (10% do total). Por outro lado, cinco escolas não souberam informar o número de alunos matriculados.

Com relação ao nível de ensino ofertado é importante destacar que algumas escolas oferecem apenas o ensino fundamental e algumas escolas oferecem o ensino fundamental e o ensino médio. Por esta razão, a somatória do número de escolas difere do número do universo da pesquisa. (Figura 2).

Figura 2 – Nível de ensino ofertado na rede pública estadual



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Diante do exposto, constata-se que o Ensino Fundamental I (séries iniciais) é oferecido em 27 (vinte e sete) escolas (69%); o Ensino Fundamental II é oferecido em 28 (vinte e oito) escolas, o que representa 72%; enquanto que o Ensino Médio é ofertado em 22 (vinte e duas) escolas o que representa 56%. Em *outros tipos de ensino* temos uma escola que oferece além do ensino Fundamental e Médio o curso de Magistério. Uma escola oferece ensino técnico e outra escola atende alunos do ensino de jovens e adultos.

Com relação a existência de biblioteca nas unidades escolares, duas escolas utilizam prédios de outras escolas e consequentemente utilizam a mesma Biblioteca, reduzindo-se assim a 37 (trinta e sete) unidades físicas que abrigam as escolas. Mesmo constatando-se que, em seis escolas a biblioteca encontra-se fechada, os dados sobre as mesmas foram coletados e analisados. Ainda com relação à existência de Biblioteca, tem-se que quatro escolas não possuem bibliotecas, conforme observação da Bibliotecária Fiscal.

Portanto, das 37 unidades físicas visitadas, 27 (vinte e sete), equivalente a 73%, afirmaram que possuem Biblioteca e as mesmas são utilizadas, atendendo assim seus usuários. Em seis escolas a Biblioteca estava fechada e/ou desativada (16%) e quatro escolas não possuem Biblioteca (11%). (Quadro 1).

Quadro 1 - Existência de Biblioteca na Biblioteca e seu status

Existência de Biblioteca na escola e seu status	Nº	%
Bibliotecas abertas	27	73%
Bibliotecas fechadas/desativadas	6	16%
Escola sem biblioteca	4	11%

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Os responsáveis pelas unidades onde foram encontradas bibliotecas fechadas/desativadas justificaram o fato da seguinte forma:

- Três unidades afirmaram não dispor de recursos humanos para atendimento aos alunos na biblioteca;
- Uma biblioteca encontrava-se fechada no período da visita, em decorrência da licença prêmio da servidora responsável;
- Uma biblioteca encontra-se fechada por estar em reforma;
- Uma biblioteca é utilizada diariamente como sala de aula.

As unidades que afirmaram não possuir espaço físico destinado para a Biblioteca justificaram a inexistência da mesma, por possuir o acervo distribuído em salas de aula, sala de professores, sala multiuso

ou em espaço destinado para a sala informatizada. Destas, verificou-se que uma possui um espaço multiuso com brinquedoteca e cantinho da leitura.

Para agravar a situação, muitas escolas dissociam a sala de leitura da biblioteca, apresentando-as como lugares distintos, quando deveriam estar num único espaço. Nesse sentido, a biblioteca em si não deveria ser confundida com depósito de livros.

3 ANÁLISE DOS INDICADORES

Diante do exposto no item 2, que contextualiza a Rede Pública Estadual de Florianópolis, passamos a descrever a situação encontrada em 33 (trinta e três) bibliotecas escolares.

3.1 Espaço físico, acesso e condições ambientais nas Bibliotecas

Com relação ao espaço físico, o documento *Parâmetros para bibliotecas escolares* classifica os espaços físicos em dois níveis: a) *no nível básico*: de 50m² até 100m²; b) *no nível exemplar*: acima de 300m². (CAMPELLO *et al.*, 2010).

Temos que do total de bibliotecas, 13 (treze) bibliotecas (39%), ocupam um espaço físico com menos de 100 m²; 12 (doze) bibliotecas, conta com espaços maiores de 100 m² (36%), e duas (02) bibliotecas possuem um espaço físico com aproximadamente 300 m². Portanto, aproximadamente 75% das bibliotecas atingem o nível básico de espaço físico. Por outro lado, oito (08) bibliotecas não souberam informar a área física onde estão instaladas. (Quadro 2).

Quadro 2 - Espaço físico destinado as Bibliotecas

Espaço físico das bibliotecas	Nº	%
Bibliotecas com mais de 100 m ²	12	36%
Bibliotecas com menos de 100 m ²	13	40%
Não souberam informar	8	24%

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Além da área física, verificou-se a acessibilidade nas bibliotecas, onde 26 (vinte e seis) bibliotecas estão localizadas no andar térreo (81%), garantindo amplo acesso ao local; duas (02) encontram-se no primeiro andar, porém com acesso através de rampa, facilitando a acessibilidade (6%), e quatro (04) bibliotecas é acessível somente através de escadas, dificultando, assim, a acessibilidade (13%), representadas. E, por fim, em uma escola não foi observada a acessibilidade.

No que se refere às condições ambientais envolvendo a ventilação, iluminação e limpeza, constatou-se que somente 15 (quinze) bibliotecas (45%) apresentam condições adequadas para utilização. Por outro

lado, devemos considerar que somente 12 (doze) bibliotecas (36%) estão localizadas em espaço físico amplo com mais de 100 m². Algumas, mesmo apresentando condições ambientais favoráveis, estão instaladas em espaços menores que 50m².

Sobre as condições do ambiente das bibliotecas, 18 (dezoito) bibliotecas (55%) apresentam condições de ambiente inadequado e 15 (quinze) bibliotecas (45%) apresentaram condições de ambiente adequado. Para análise dos dados foram considerados condições adequadas os três quesitos apontados por Campello *et al.* (2010): iluminação, ventilação e limpeza. Não são raras às vezes em que a biblioteca fica num canto escondido da escola, em local pouco arejado, desconfortável e apertado.

3.2 Móveis para acomodar os usuários

Sendo a biblioteca um espaço de estudo e socialização, a biblioteca escolar deve possuir assentos para acomodar usuários que ali vão para consultar os materiais e/ou realizar atividades. Segundo Campello *et al.* (2010), portanto, a nível básico é considerada a biblioteca que ofereça “[...] assentos suficientes para acomodar simultaneamente uma classe inteira, além de usuários avulsos.”, e a nível exemplar a biblioteca que ofereça “[...] assentos suficientes para acomodar simultaneamente uma classe inteira, usuários avulsos e grupos de alunos.” (CAMPELLO *et al.*, 2010, p.12).

Considerando que uma classe é composta por 20 a 40 alunos, concluímos que: 46% das Bibliotecas acomoda uma classe inteira de alunos, com condições aceitáveis para realização dos serviços fim da Biblioteca Escolar. Seis (6) bibliotecas (18%) não informaram a quantidade de cadeiras e mesas disponíveis na biblioteca para acomodação dos usuários.

3.3 Ambiente para os serviços técnicos e administrativos

Além do espaço para acervo e para consulta local, a biblioteca necessita de ambiente adequado para a execução dos serviços técnicos e administrativos. Campello *et al.* (2010, p. 12) determina que as bibliotecas:

- a) *no nível básico*: um balcão de atendimento, uma mesa, uma cadeira e um computador com acesso à internet, para uso exclusivo do (s) funcionário (s);
- b) *no nível exemplar*: um balcão de atendimento e ambiente específico para atividades técnicas, com uma mesa, uma cadeira e um computador com acesso à internet, para uso exclusivo de cada um dos funcionários.

Assim, a existência de mesa ou balcão de atendimento foi observada somente em 19 (dezenove) bibliotecas (57%). Destas, somente 13 (treze) bibliotecas (40%) oferecem computadores para as atividades dos funcionários. Constatou-se, ainda, que os computadores existentes em algumas bibliotecas estão em condições inadequadas e, quando o acesso à internet existe, a mesma funciona precariamente. Conclui-se, portanto que, dentre as bibliotecas visitadas, somente uma biblioteca possui sala de processamento técnico e sala para os funcionários.

3.4 Acervo

A biblioteca deve contar, segundo Campello *et al.* (2010), com acervo de livros compatível com o número de alunos e considera: a nível básico, pelo menos um título por aluno e a nível exemplar, pelo menos quatro títulos por aluno, não sendo necessário mais do que cinco exemplares de cada título. Recomenda, ainda, que:

O acervo contempla a diversidade de gêneros textuais e de fontes de informação destinadas aos variados usos escolares, tais como: enciclopédias, dicionários, almanaques, atlas, etc. Além de livros a biblioteca escolar conta com revistas e outros materiais não impressos, como: documentos sonoros, visuais e digitais. (CAMPELLO *et al.*, 2010, p. 13)

Objetivando analisar o acervo existente nas bibliotecas, foi questionado sobre a quantidade e o tipo de acervo. Porém, das 33 (trinta e três) unidades que possuem biblioteca, somente 12 (doze) souberam informar a quantidade de acervo existente na biblioteca, o que representa 36%. Enquanto 21 (vinte e uma), equivalente à 64%, não souberam informar.

Das 12 (doze) bibliotecas que informaram o número de exemplares, cinco possuem menos de 6.000 exemplares, enquanto sete bibliotecas possuem mais de 6.000 exemplares. Porém, encontrou-se dificuldade em realizar a análise do quesito quantidade de acervo, pelo fato das mesmas raramente possuírem o registro do material. E, quando existe, na sua maioria o registro é feito de forma manual. Com raras exceções, algumas bibliotecas iniciaram o tratamento técnico, utilizando-se de sistemas manuais ou informatizados, isto é, softwares específicos para gestão de bibliotecas.

O acervo deve ser organizado para permitir que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez, ou seja, catalogados (manual ou informatizados). De forma a permitir a recuperação do autor, título e assunto, a nível básico. Ou, ainda, catalogados de forma informatizada e permitindo o acesso remoto para consulta do acervo. (CAMPELLO *et al.*, 2010).

São diversas as tentativas e iniciativas encontradas nas bibliotecas visitadas, para a organização do acervo. Destacamos as seguintes: a diretora iniciou a catalogação do acervo, utilizando um software de gestão de bibliotecas gratuito; a escola iniciou o tratamento técnico do acervo com a utilização de um software de gestão escolar, que possui o *módulo biblioteca*, adquirido pela Associação de Pais e Professores (APP); uma professora, com habilitação em Biblioteconomia, iniciou o tratamento técnico com a utilização de um software de gestão de bibliotecas gratuito; a utilização do software MS Excel, que permite o registro do material, sendo o mesmo organizado por assunto e faixa etária; uma biblioteca informou que o acervo está classificado de acordo com a CDD – Classificação Decimal de Dewey; em outra escola foi verificado que o acervo encontra-se organizado por assunto, mas não está classificado e catalogado e conta com o apoio de um professor que iniciou, mas não concluiu, a sua graduação em Biblioteconomia; em outra biblioteca o acervo está organizado por assunto, utilizando-se de cores e em ordem alfabética por título; o tratamento técnico foi iniciado por uma professora readaptada que cursava Arquivologia, tendo iniciado a informatização com a utilização de um software de gestão de bibliotecas, porém a mesma retornou para a sala de aula, e o serviço não foi continuado; houve a tentativa de informatização do acervo com a utilização de um software de gestão de bibliotecas, porém não foi possível dar continuidade por problemas técnicos; foi iniciada a informatização por iniciativa de uma professora sem formação na área, com a utilização de um software de gestão de bibliotecas gratuito.

Destaca-se que, somente em duas bibliotecas foi encontrado um acervo que pode ser considerado tratado tecnicamente e informatizado. Estas bibliotecas contam com bibliotecários.

Por conseguinte, pode-se afirmar que não existe padrão de organização do acervo, e nem poderia ter, em decorrência da falta de incentivo por parte do órgão competente e, principalmente, pela ausência de profissionais capacitados e qualificados para tal serviço. Resultando em cada escola, cada funcionário responsável, adotar a maneira mais *simples*, na tentativa de organização e controle do acervo e empréstimo.

Com relação ao tipo de acervo o mesmo é composto por livros didáticos, literatura e materiais de referência. Algumas bibliotecas possuem mapas, atlas, globos e materiais multimídia. Em muitas bibliotecas verificou-se, também, o acúmulo de livros didáticos de anos anteriores. Observa-se, ainda, que, muitas vezes, o acervo é desatualizado e os livros que se encontram na biblioteca estão em péssimas condições de uso.

Observa-se, também, que, com relação à aquisição de livros, os mesmos são provenientes de doação da comunidade, do Ministério de Educação e Cultura (MEC) e do Governo do Estado. Em algumas bibliotecas a Associação de Pais e Professores (APP) contribui com a aquisição de livros. Nota-se, ainda, que o acervo recebido pelo Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), muitas vezes, não

são destinados à biblioteca, permanecendo na sala de aula, e são direcionados exclusivamente aos alunos das séries iniciais (Ensino Fundamental I).

Vale lembrar que, com relação às doações oriundas da comunidade, corre-se o risco de receber materiais em condições péssimas e desatualizadas, uma vez que a intensão é *livrar-se do entulho*, encaminhando para a biblioteca escolar mais próxima. Portanto, a falta de recursos financeiros para a compra de livros de qualidade, assim como, a ausência de um Plano de Desenvolvimento de Coleções, contribuem para a estagnação e o empobrecimento do acervo.

3.5 Computadores conectados à Internet

Neste indicador, o documento *Parâmetros para bibliotecas escolares* (CAMPELLO *et al.*, 2010) questiona se os computadores conectados à Internet são usados na biblioteca como fonte de informação, complementando o acervo, e recomenda para os níveis:

[...] *nível básico*: pelo menos um computador ligado à Internet para uso exclusivo de professores e alunos em atividades de ensino/ aprendizagem; e no *nível exemplar*: computadores ligados à internet para uso exclusivo de professores e alunos em atividades de ensino/aprendizagem, em número suficiente para uma classe inteira. (CAMPELLO *et al.*, 2010, p. 14).

Das 33 (trinta e três) bibliotecas, somente seis bibliotecas (18%) disponibilizam computadores conectados à internet para os usuários, já outras 27 (82%) bibliotecas não disponibilizam. Porém verifica-se que a situação dos equipamentos é a que segue: em uma biblioteca à internet oscila e funciona precariamente; em outra, os computadores encontram-se em condições inadequadas para uso, e, finalmente, uma biblioteca oferece apenas um computador a disposição dos usuários.

3.6 Atividades e Serviços oferecidos

Neste indicador deve-se verificar se a biblioteca oferece serviços regularmente:

[...] no *nível básico*: consulta no local, empréstimo domiciliar, atividades de incentivo à leitura e orientação à pesquisa; e no *nível exemplar*: consulta no local, empréstimo domiciliar, atividades de incentivo à leitura e orientação à pesquisa, além de serviço de divulgação de novas aquisições, exposições e serviços específicos para os professores, tais como levantamento bibliográfico e boletim de alerta. (CAMPELLO *et al.*, 2010, p. 16)

Para o oferecimento dos serviços, é fundamental que a biblioteca esteja aberta aos usuários em períodos como: hora do recreio, antes de início das aulas e término das aulas. Com relação ao horário de funcionamento a situação encontrada foi a descrita no quadro 3.

Quadro 3 - Horário de atendimento da Biblioteca

HORARIO DE ATENDIMENTO	Nº Bibliotecas
Aberta no horário da escola e no Recreio	17
Aberta no horário da escola exceto no Recreio	3
Frequentada somente acompanhada dos professores	2
Depende da disponibilidade de pessoal	4
Não informaram e Bibliotecas Fechadas	7
Total	33

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Considerando que, em 82% das Bibliotecas pesquisadas estão sob a responsabilidade de professores readaptados, muitas não possuem pessoal suficiente para cada período de funcionamento da escola, a saber: matutino, vespertino e noturno. Em alguns períodos a biblioteca permanece fechada, pois depende da disponibilidade de pessoal, e a mesma pode ser utilizada pelos alunos mediante solicitação à direção, e acompanhados dos professores.

Com relação às atividades desenvolvidas e serviços oferecidos, destaca-se a seguir o que foi informado pelos responsáveis de seis (06) bibliotecas visitadas:

- A biblioteca possui um ambiente para leitura, com tapete, poltrona e almofadas, ambiente criado para incentivar a utilização da biblioteca em momentos de relaxamento e lazer;
- São organizados eventos, feiras e divulgação das novas aquisições;
- Atividades de mediação de leitura, eventos, contação de histórias e divulgação de novas aquisições;
- São realizadas exposições, divulgação de novas aquisições e contação de histórias, além de participação nos projetos realizados pelos professores;
- Divulgação de novas aquisições e contação de histórias, além de orientação à pesquisa e empréstimo domiciliar, inclusive à comunidade local;
- Divulgação de novas aquisições, contação de histórias, além de empréstimo domiciliar.

Observa-se que o serviço *contação de história* é recorrente na fala dos responsáveis, no entanto, é pertinente que as bibliotecas escolares diversifiquem seus serviços no intuito de atender, também, um público adolescente nativo digital.

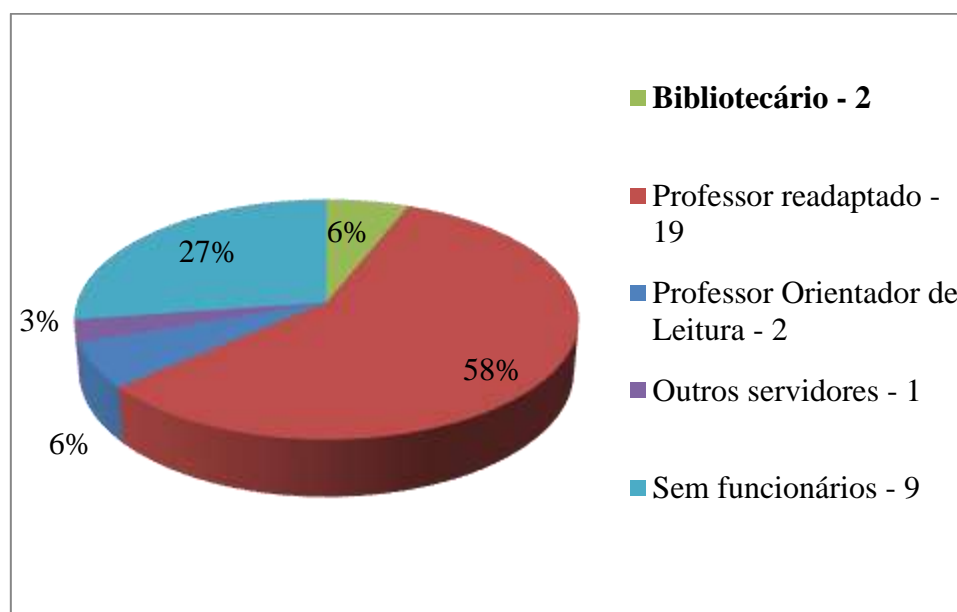
3.7 Recursos Humanos

O documento de Campello *et al.* (2010) questiona se a biblioteca conta com bibliotecário responsável e funcionários para atendimento aos usuários em todos os turnos em que a escola está aberta e classifica como:

a) *no nível básico*: um bibliotecário supervisor, responsável por um grupo de bibliotecas (nos casos em que a biblioteca faz parte de um sistema/rede que reúne várias bibliotecas), além de pessoal auxiliar em cada uma das bibliotecas, em cada turno; b) *no nível exemplar*: um bibliotecário responsável pela biblioteca e pessoal auxiliar em cada turno, de acordo com o número de alunos da escola. (CAMPELLO *et al.*, 2010, p. 17).

Com o objetivo de conhecer quem são os profissionais lotados nas Bibliotecas da Rede de Ensino Público do Estado, o que denominamos de responsáveis pelas bibliotecas, a situação encontrada é representada na figura 3.

Figura 3 - Recursos humanos que atuam na Biblioteca



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Das 33 (trinta e três) bibliotecas existentes, constatou-se que 27 (vinte e sete) estão sob a responsabilidade de professores readaptados (82%), que desempenham as funções de organização e manutenção do acervo e de atendimento aos usuários. Destas, em duas escolas os professores são denominados *Orientador de Leitura*.

No relato de uma Diretora, que tomou a iniciativa de manter a biblioteca aberta, mesmo sem profissional responsável, constatou-se que ocorreu a depredação dos móveis, do acervo, do ambiente como um todo, por parte dos alunos. Diante do exposto, atualmente a biblioteca é utilizada somente pelos professores.

Além do Bibliotecário e do Professor responsável pela Biblioteca constatou-se que em uma escola tem servidor responsável pela Biblioteca. E na escola que um professor é um Bibliotecário, a biblioteca conta com mais quatro (04) servidores para auxílio nas atividades de organização e atendimento aos alunos. E, em outras duas (02) escolas, as bibliotecas contam com estagiários de nível médio para auxiliar os professores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação aos indicadores apresentados no documento *Parâmetros para bibliotecas escolares*, e a aplicação da Lei 12.244/2010, os resultados desta pesquisa mostram a situação das 33 (trinta e três) Bibliotecas da Rede Estadual de Ensino no município de Florianópolis.

Comparando os dados analisados com o que determina o documento citado, temos que as bibliotecas estão no *nível básico* de área física (50m² até 100m²) em que uma biblioteca deve funcionar. No que se refere à quantidade de assentos para acomodar usuários para consulta local dos materiais, somente 45% das bibliotecas atingiram o nível básico, por possuir assentos suficientes para acomodar simultaneamente uma classe inteira, além de usuários avulsos. Pode-se considerar que as demais bibliotecas encontram-se em nível irregular.

A existência, no indicador espaço físico, de um ambiente para execução dos serviços técnicos e administrativos, tem-se que somente uma Biblioteca possui este ambiente. E, ainda, a presença de um balcão de atendimento, ou uma mesa, uma cadeira e um computador com acesso à Internet, para uso exclusivo do(s) funcionário(s), tem-se que apenas 39,39% das bibliotecas atendem este indicador. Portanto, estão longe de atingir o nível básico.

Com relação ao acervo, considera-se nível básico a partir de um título por aluno, de acordo com o documento utilizado nesta pesquisa, o que vem ao encontro da Lei 12.244/10. Infere-se que, as bibliotecas visitadas atendem no nível básico deste indicador, levando-se em consideração que foi considerado somente a quantidade e não a diversidade e qualidade do acervo. Entretanto, encontrou-se dificuldade de realizar a análise do quesito quantidade e qualidade do acervo, pois na grande maioria o mesmo não recebe o tratamento técnico de acordo com as normas da Biblioteconomia e pela ausência do Bibliotecário. As

iniciativas isoladas não tiveram continuidade e sucesso, tendo sido interrompidas por vários motivos como ausência de pessoal, problemas técnicos e outros.

A ausência de computadores ligados à Internet foi comprovada. Portanto, diante dos resultados, temos que os gestores precisam investir na melhoria deste indicador, para que todas as bibliotecas possam atingir pelo menos o nível básico.

No indicador atividades e serviços oferecidos diante dos dados coletados, apenas seis bibliotecas informaram as atividades realizadas. O empréstimo domiciliar é prejudicado, tendo em vista que a maioria das bibliotecas não possui seu acervo organizado tecnicamente.

Todas estas questões avaliadas na pesquisa se agravam pela ausência do Bibliotecário e de número adequado de servidores/funcionários para atendimento aos usuários em todos os turnos em que a escola está aberta. Constata-se que, neste indicador a pesquisa não atende o que está previsto no documento de Campello *et al.* (2010) e, também, não cumpre o que determina a Lei 12.244/2010, muito menos a legislação que regulamenta a profissão de Bibliotecário (Lei 4.084/1962). Uma vez que, em 82% das bibliotecas os responsáveis são professores readaptados.

É importante lembrar, também, que, recentemente, o prazo estipulado pela Lei 12.244/2020 expirou em 24 de maio de 2020. E que, desde 2018, tramita o Projeto de Lei – PL9489/2018, que visa alterar a Lei 12.244/2010. O referido PL propõe um conceito de biblioteca mais detalhado; a criação o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), e, ainda, a ampliação do prazo para que as instituições de ensino criem e/ou adequem as bibliotecas aos padrões preestabelecidos, para que esteja em sintonia com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que trata do Plano Nacional de Educação – PNE. O PL9489/2018 foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) em outubro de 2019 e, atualmente, aguarda apreciação pelo Senado Federal. (CÂMARA, 2020).

Espera-se, por fim, que a sociedade, os profissionais, os gestores públicos e os órgãos de classe juntem esforços no sentido de fazer cumprir a Lei 12.244/2010, a Lei 4.084/1962, e outras que vierem a somar na luta pela universalização das bibliotecas escolares e pela valorização da profissão de Bibliotecário. Como também, tentar uma mudança cultural com relação às bibliotecas escolares, para que passem a ser consideradas instrumentos de apoio ao processo ensino-aprendizagem e espaços lúdicos para ler, escrever, sonhar e criar.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm. Acesso em: 05 mar. 2020.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projetos de lei e outras proposições**: PL9484/2018. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167716>. Acesso em: 26 maio 2020.
- CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (CFB). **Resolução CFB 119, de 15 julho de 2011**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2016/05/8-Resolucao_119-2011.pdf. Acesso em: 05 mar. 2020.
- CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (CFB). **Resolução CFB 199, de 03 de julho de 2018**. Brasília: CFB, 2018. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1313>. Acesso em: 14 fev. 2020.
- CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (CFB). **Resolução CFB 220, de 13 de maio de 2020**. Brasília: CFB, 2020. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1349>. Acesso em: 26 maio 2020.
- CAMPELLO, B. S. *et al.* **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento**: Parâmetros para bibliotecas escolares, Belo Horizonte: UFMG, 2010. Disponível em: <http://gebe.eci.ufmg.br/images/stories/padroesparabibliotecasescolares.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2017.
- DE PAULA, V. C.; OHIRA, M. L. B. Diagnóstico das bibliotecas escolares de nove municípios de Santa Catarina: dados preliminares. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 944-959, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2093>. Acesso em: 14 fev. 2020.
- GARCEZ, E. F. *et al.* Um projeto de rede de bibliotecas para as escolas públicas estaduais de Santa Catarina, Brasil: relato de experiência(s). **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo horizonte, v. 21, n. 2, p. 237-262, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/37018>. Acesso em: 22 maio 2020.
- ZIMMERMAN, J. R.; DE PAULA, V. C.; OHIRA, M. L. B. Avanços, perspectivas e limitações da Lei nº 12.244/2010 com vistas a sua aplicabilidade: Análise da literatura brasileira e ações dos órgãos de classe do estado de Santa Catarina (Brasil). **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 22, n. 2, ESPECIAL, p. 161-179, abr./jul., 2017. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1305>. Acesso em: 28 set. 2017.



THE SCHOOL LIBRARIES OF THE STATE PUBLIC NETWORK OF THE MUNICIPALITY FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA: RESEARCH REPORT

Abstract: In March 2017, the Diagnosis of School Libraries in Santa Catarina was initiated by the Regional Council of Librarianship - 14th Region. The objective of this research is to analyse the data collected during inspection visits to the libraries of the school units of the State Education Network, located in the city of Florianópolis. A form was used to collect the information, based on the parameters for school libraries and Law 12.244 / 2010. It was possible to infer that the conditions were mostly considered at the basic level, due to the environmental conditions, absence of a standard of organization of the collection, little diversification of services and activities offered by the libraries, and, mainly, the absence of professionals trained and qualified in the management of school libraries. It is expected that society, professionals, public managers and professional bodies will join efforts to enforce Law 12.244 / 2010 and to change cultural conduct in relation to school libraries, making them instruments to support the teaching process -learning and a playful space to read, write, dream and create.

Keywords: School Library. State Public Schools. Florianópolis. Santa Catarina.